

CADERNO DE QUESTÕES

Cargo: TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS

NOME: _____

NÚMERO DE INSCRIÇÃO: _____ CPF: _____

CAMPUS PARA O QUAL O CANDIDATO SE INSCREVEU: _____

Leia atentamente as instruções:

1. Aguarde a ordem do fiscal para iniciar a prova.

2. Preencha as informações solicitadas na capa do Caderno de Questões com letra legível.

3. O Caderno de Questões contém 60 (sessenta) questões objetivas. Certifique-se de que o Caderno de Questões possui 19 páginas numeradas de 1/19 até 19/19.

4. A duração total da prova é de 4 (quatro) horas.

5. O candidato deverá permanecer no local de realização da prova durante, no mínimo, 1 (uma) hora após o início da prova. O candidato que desejar levar o caderno de provas deverá permanecer na sala de provas, no mínimo, 2 (duas) horas após o início da prova.

6. Os 3 (três) últimos candidatos deverão permanecer na sala até que todos tenham terminado a prova, só podendo dela se retirar simultaneamente, e após assinatura do Relatório de Aplicação de Provas.

7. Ao receber a Folha de Respostas Definitiva, verifique se os dados impressos estão corretos. Caso contrário, notifique o Fiscal imediatamente.

8. Cada questão contém cinco alternativas (A, B, C, D, E), das quais somente uma atende às condições do enunciado. Transcreva as respostas das questões na Folha de Respostas Definitiva utilizando caneta esferográfica de tinta azul ou preta, conforme o exemplo a seguir:

A	B		D	E
---	---	--	---	---

9. Questões com mais de uma alternativa assinalada, rasurada ou em branco serão ANULADAS. Não dobre nem amasse a Folha de Respostas Definitiva; preencha-a cuidadosamente, pois não será permitida a sua substituição.

10. Não será permitida qualquer forma de consulta, nem a utilização de qualquer tipo de instrumento de cálculo.

11. É proibido o uso de aparelhos eletrônicos, tais como *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro e equipamentos afins, óculos escuros, protetor auricular, ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc. e, ainda, régua, esquadro, transferidor, compasso ou similares, corretivo líquido e outros materiais estranhos à prova.

12. O candidato será sumariamente eliminado do presente concurso público se, durante a realização da prova, for surpreendido comunicando-se ou tentando se comunicar com outro candidato.

13. Ao terminar a prova, entregue ao fiscal de sala a FOLHA DE RESPOSTAS e o CADERNO DE QUESTÕES e certifique-se de ter assinado a lista de presença.

BOA PROVA!

1. Em 27 de outubro de 2009, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, foi modificada no inciso II do artigo 4º e no inciso VI do artigo 10, alteração produzida pela Lei nº 12.061/2009. Assinale a alternativa que apresenta, de forma correta, o objetivo dessa alteração.

- a) Assegurar o acesso de todos os interessados no ensino médio público.
- b) Universalizar o ensino fundamental gratuito.
- c) Assegurar a todas as crianças acesso à educação infantil.
- d) Oficializar a educação profissional integrada ao ensino médio.
- e) Permitir que as escolas profissionalizantes ofereçam também o ensino fundamental na modalidade de educação de jovens e adultos.

2. Assinale a alternativa que traz um ato de violação do princípio de indisponibilidade de direito à Educação, conforme prevê atualmente a legislação brasileira.

- a) Negativa de vaga na educação superior para alunos que tenham feito o Enem.
- b) Não oferta de vaga na educação básica para crianças e adolescentes.
- c) Não garantia de vaga para todos os adolescentes interessados em fazerem cursos profissionalizantes.
- d) Não oferta de educação infantil para crianças com mais de seis anos.
- e) Exigência de idade mínima para a realização de exames supletivos.

3. Assinale a alternativa que apresenta uma determinação decorrente da alteração dada pela Lei nº 11.274/2006 à atual Lei nº 9.394/96, e que diz respeito aos tempos e idades escolares na educação básica.

- a) É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula dos menores a partir dos sete anos de idade.
- b) A educação infantil passa a ter a duração total de quatro anos, atendendo, na creche, crianças de zero a quatro anos e, na pré-escola, as que completarem cinco anos após o início do ano letivo.
- c) O ensino fundamental obrigatório terá duração de nove anos, iniciando-se aos seis anos de idade.
- d) O ensino fundamental terá duração de nove anos, iniciando-se, obrigatoriamente, aos sete anos de idade.
- e) A primeira etapa da educação básica passa a denominar-se ensino fundamental, com duração que vai da creche ao nono ano do segundo ciclo, compreendido na idade de zero a 14 anos.

4. Sobre os calendários escolares, é correto afirmar que:

- a) deverão ser adequados às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, mesmo que isso implique na redução do número de horas letivas.
- b) optativamente, poderá incluir o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”.
- c) na educação superior deverão ser compostos por, no mínimo, 200 dias letivos, incluídos os dias para exames finais, quando houver.
- d) podem ser adequados às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas para escolas situadas na zona rural.
- e) na educação básica podem ser organizados com um mínimo de 180 dias letivos, se excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver.

5. Assinale a alternativa que apresenta, de acordo com a Lei nº 9.394/96, regras comuns aos níveis de ensino fundamental e médio.

- a) Nos estabelecimentos que adotam a progressão regular por série, o regimento escolar não pode admitir formas de progressão parcial, mas podem ser organizadas classes, ou turmas, com alunos de séries distintas, com níveis equivalentes de adiantamento na matéria, para o ensino de matemática, física, química ou outros componentes curriculares que apresentam altos níveis de repetência.
- b) Na verificação do rendimento escolar, a avaliação deve ser contínua e cumulativa, com prevalência dos aspectos quantitativos sobre os qualitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais, quando houver.
- c) São obrigatórios estudos de recuperação, de preferência ao final do período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos.
- d) Cabe às escolas o controle de frequência, conforme o disposto no seu regimento e nas normas do respectivo sistema de ensino, exigida a frequência mínima de oitenta e cinco por cento do total de horas letivas para aprovação.
- e) A classificação em qualquer série ou etapa, exceto a primeira do ensino fundamental, pode ser feita por promoção, por transferência ou mediante avaliação feita pela escola, que defina o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permita sua inscrição na série ou etapa adequada, conforme regulamentação do respectivo sistema de ensino.

6. A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96) estabelece que o currículo do ensino fundamental e médio deve incluir:

- a) uma base nacional comum, a ser completada pelos sistemas de ensino e estabelecimentos escolares, por uma parte diversificada que contemple, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática.
- b) o ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, tendo a música como conteúdo obrigatório e exclusivo.
- c) o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena, obrigatórios nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio públicos.
- d) tanto no ensino fundamental quanto no médio, uma língua estrangeira moderna, escolhida pela comunidade escolar, e uma segunda, em caráter optativo, dentro das disponibilidades da instituição e ainda a filosofia e a sociologia, todas com caráter disciplinar e obrigatório.
- e) os princípios da proteção e defesa civil e a educação ambiental de forma integrada aos conteúdos obrigatórios.

7. Sobre a educação física no currículo escolar, é correto afirmar que:

- a) é facultativa aos alunos matriculados na educação básica, desde que comprovem o cumprimento de jornada de trabalho superior a seis horas.
- b) é componente curricular da educação básica, sendo sua oferta facultativa aos estabelecimentos de ensino.
- c) é facultativa aos alunos maiores de 30 anos, desde que comprovem ter prole.
- d) na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, não há previsão de sua obrigatoriedade para os cursos superiores.
- e) a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional a torna obrigatória, inclusive nos cursos de pós-graduação.

8. Assinale a alternativa que traz uma afirmação correta quanto ao disposto no artigo 7º da Lei nº 9.394/96, que prevê liberdade de ensino à iniciativa privada desde que, entre outras exigências, as instituições ofertantes possuam capacidade de autofinanciamento.

a) A exigência de capacidade de autofinanciamento para a oferta de ensino pela iniciativa privada, impede que as escolas particulares recebam do poder público qualquer tipo de recurso, conforme prevê o artigo 213 da Constituição Federal.

b) O recebimento de recursos públicos pelas instituições particulares de ensino está garantido pelo artigo 213 da Constituição Federal, mas ressalvado somente para os casos do Prouni e do FIES, que são programas federais de repasse de verbas públicas para as universidades.

c) O repasse de recursos públicos para instituições particulares de ensino somente poderá ocorrer no caso de processo de encerramento de atividades para que os alunos não sejam prejudicados, conforme prevê o artigo 213 da Constituição Federal.

d) Embora os recursos públicos devam ser destinados às escolas públicas, a Constituição Federal, em seu artigo 213, traz uma ressalva a essa exigência quando prevê que eles podem ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas que, entre outras determinações, comprovem finalidade não-lucrativa.

e) De acordo com o artigo 213 da Constituição Federal, os recursos públicos podem ser destinados a bolsas de estudo para o Ensino Superior, quando houver falta de vagas e cursos regulares da rede pública, ficando o poder público obrigado a investir prioritariamente na expansão de sua rede na localidade.

9. Assinale a alternativa que traz uma afirmação verdadeira sobre a educação profissional e tecnológica, conforme prevista na Lei nº 9.394/96.

a) A única opção prevista para a integração da educação profissional e tecnológica é com o ensino médio, por meio da oferta de cursos técnicos integrados.

b) A educação profissional e tecnológica abrange somente cursos de formação inicial e continuada, ou qualificação profissional, e cursos de educação profissional técnica de nível médio.

c) A educação profissional e tecnológica se integra aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.

d) Todos os cursos de graduação e pós-graduação são organizados de acordo com as diretrizes curriculares nacionais que o Conselho Nacional de Educação estabelece para o Ensino Superior, não sendo, portanto, caracterizados como de Educação Profissional e Tecnológica.

e) Os cursos de tecnologia, embora sejam ofertados pelas instituições de educação profissionalizante, são considerados cursos de formação de bacharéis, organizados de acordo com as diretrizes curriculares nacionais do Conselho Nacional de Educação, e, portanto, cursos superiores e não de Educação Profissional e Tecnológica.

10. Assinale a alternativa que apresenta uma disposição atual sobre a educação profissional técnica de nível médio, incluída pela Lei nº 11.741/2008.

a) A educação profissional técnica de nível médio pode ser oferecida tanto na modalidade integrada quanto na concomitante, desde que sejam feitas, obrigatoriamente, matrículas distintas.

b) Além das matrículas distintas, as modalidades integrada e concomitante da educação profissional técnica de nível médio requerem instituições de ensino distintas.

c) As duas formas de organização da educação profissional técnica de nível médio são as articuladas ou subsequente ao ensino médio.

d) As habilitações profissionais devem ser oferecidas necessariamente em cooperação com instituições especializadas em educação profissional.

e) A educação profissional técnica de nível médio requer, necessariamente, convênio de intercomplementaridade que vise ao planejamento e desenvolvimento de projeto pedagógico unificado.

11. Quanto à certificação conferida pela educação profissional e tecnológica, é correto afirmar que:

- a) o conhecimento adquirido na educação profissional e tecnológica, inclusive no trabalho, será, obrigatoriamente, objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos pelas instituições ofertantes dessa modalidade de ensino.
- b) os diplomas de cursos de educação profissional técnica de nível médio, quando registrados, terão validade nacional e habilitarão ao prosseguimento de estudos na educação superior.
- c) os diplomas de cursos de educação profissional de nível médio na modalidade integrada, quando registrados, terão validade nacional, mesmo que não habilitem ao prosseguimento de estudos em nível superior.
- d) os cursos de formação inicial e continuada, também chamados de qualificação profissional, conferirão aos alunos aprovados diploma de técnico na sua área de habilitação.
- e) toda educação profissional técnica de nível médio deverá ofertar, obrigatoriamente, após a conclusão de cada etapa que caracterize uma qualificação para o trabalho, um certificado de formação inicial e continuada.

12. Sobre os cursos e programas em nível superior no Brasil, atualmente, é correto afirmar que:

- a) são de graduação, de pós-graduação, somente.
- b) são sequenciais, de graduação, de pós-graduação e de extensão.
- c) na pós-graduação, compreendem o mestrado e o doutorado, somente.
- d) são somente os de graduação, de pós-graduação e de extensão.
- e) possuem exigência de escolaridade anterior, determinada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96), exceto no caso dos sequenciais e de extensão.

13. A autonomia universitária conferida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) permite:

- a) aos colegiados de ensino e pesquisa decidirem, entre outros temas, sobre a criação, expansão, modificação e extinção de cursos, a ampliação e diminuição de vagas, a elaboração da programação dos cursos.
- b) aos colegiados de ensino e pesquisa decidirem sobre o quantitativo mínimo de docentes com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado e em regime de tempo integral.
- c) aos reitores decidirem sobre o quantitativo mínimo de docentes com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado e em regime de tempo integral.
- d) aos regimentos universitários preverem a obrigatoriedade ou não da frequência de alunos e professores, salvo nos programas de educação a distância.
- e) às universidades brasileiras reconhecerem os diplomas de mestrado e de doutorado expedidos por universidades estrangeiras, desde que possuam cursos graduação reconhecidos e avaliados, na mesma área de conhecimento.

14. Sobre a regulamentação da educação a distância, dada pelo Decreto nº 5.622/2005, é correto afirmar que:

- a) nos ensinos fundamental e médio, poderá ser utilizada como complementação de aprendizagem ou em situações emergenciais que se caracterizam, entre outras, quando os alunos se encontram em situação de cárcere.
- b) trata-se de uma modalidade educacional na qual a mediação ocorre exclusivamente com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares e tempos diversos.
- c) deverá ser prevista a obrigatoriedade de momentos presenciais somente para estágios obrigatórios ou defesa de trabalhos de conclusão de curso, quando previstos nos planos de curso.
- d) poderá ser ofertada em todos os níveis e modalidades educacionais, irrestritamente, bastando que os cursos sejam autorizados pelos Conselhos de Educação dos estados ou municípios.
- e) seus cursos e programas somente poderão aceitar transferência e aproveitar estudos realizados pelos estudantes em cursos e programas dessa mesma modalidade.

15. Assinale a alternativa que apresenta, de forma correta, uma diretriz para a oferta de Educação Especial, conforme previsto no Decreto nº 7.611/2011.

- a) Atendimento preferencialmente na rede regular de ensino.
- b) Garantia de ensino médio gratuito e compulsório, asseguradas adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais.
- c) Atendimento preferencialmente em instituições especializadas.
- d) Apoio técnico e financeiro pelo Poder Público às instituições privadas com fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial.
- e) Garantia de um sistema educacional exclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades.

16. Assinale a alternativa correta sobre a caracterização da deficiência auditiva e de seus portadores estabelecida pelo Decreto nº 5.626/2005.

- a) Surda-muda é toda pessoa que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras.
- b) Caracteriza-se como pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras.
- c) A perda bilateral, parcial ou total, de cinquenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500 Hz, 1.000 Hz, 2.000 Hz e 3.000 Hz, caracteriza a deficiência auditiva.
- d) Somente a perda bilateral, parcial ou total, de setenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500 Hz, 1.000 Hz, 2.000 Hz e 3.000 Hz pode ser considerada como deficiência auditiva.
- e) Pessoa surda-muda é aquela que, tendo perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio da Língua Brasileira de Sinais – Libras ou por qualquer outra linguagem que venha a estabelecer com sua comunidade.

17. De acordo com a Lei nº 11.892/2008, constituem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica as seguintes instituições:

- a) Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR e os Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET-RJ e o de Minas Gerais, CEFET-MG.
- b) Os Institutos Federais de Educação, todas as Universidades Federais e escolas técnicas a elas vinculadas, os Centros Federais de Educação Tecnológica e o Colégio Pedro II.
- c) Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, os Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca e o de Minas Gerais (CEFET-MG), as escolas técnicas vinculadas às universidades federais e o Colégio Pedro II.
- d) As universidades federais, os Institutos Federais, os CEFET's e o Colégio Pedro II.
- e) Os Institutos Federais, os CEFET's e o Colégio Pedro II.

18. Considerando-se as disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior é possível afirmar que os Institutos Federais são equiparados:

- a) aos centros universitários.
- b) às faculdades isoladas.
- c) às universidades particulares.
- d) às universidades federais.
- e) às faculdades particulares e as mantidas pelo poder municipal.

19. Podem ser oferecidos pelos Institutos Federais:

- a) somente os cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, superiores de tecnologia e licenciatura, de formação pedagógica, de bacharelado e engenharia, de pós-graduação lato sensu, aperfeiçoamento e especialização, e de pós-graduação stricto sensu.
- b) somente os de educação profissional técnica de nível médio, de educação de jovens e adultos, de formação inicial e continuada de trabalhadores, superiores de tecnologia e licenciatura, de formação pedagógica, de bacharelado e engenharia e de pós-graduação lato sensu, aperfeiçoamento e especialização.
- c) somente os de educação profissional técnica de nível médio, de formação inicial e continuada de trabalhadores e superiores de tecnologia e engenharia.
- d) somente de formação inicial e continuada de trabalhadores, superiores de tecnologia e de pós-graduação lato sensu, aperfeiçoamento e especialização.
- e) os cursos de educação profissional técnica de nível médio, de educação de jovens e adultos, de formação inicial e continuada de trabalhadores, superiores de tecnologia e licenciatura, de formação pedagógica, de bacharelado e engenharia, de pós-graduação lato sensu, aperfeiçoamento e especialização, e de pós-graduação stricto sensu.

20. Foi criado, em 2007, para medir a qualidade de cada escola e de cada rede de ensino. O indicador é calculado com base no desempenho do estudante em avaliações nacionais e em taxas de aprovação. O texto se refere ao:

- a) INEP.
- b) Prova Brasil.
- c) SAIEB.
- d) EDUCACENSO.
- e) IDEB.

21. Radiografia detalhada do sistema educacional brasileiro. A ferramenta permite obter dados individualizados de cada estudante, professor, turma e escola do país, tanto das redes públicas quanto da rede privada. Entre outros objetivos, seus dados possibilitam o planejamento da distribuição de recursos para alimentação, transporte escolar etc. Trata-se de:

- a) PISA.
- b) IDEB.
- c) IBGE.
- d) EDUCACENSO.
- e) Bolsa Família.

22. Assinale a alternativa que apresenta, corretamente, uma meta constante no projeto de lei encaminhado pelo Ministério da Educação para criação do novo Plano Nacional de Educação (PNE), previsto para o decênio 2011/2020.

- a) Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 100% e a taxa líquida para 75% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta.
- b) Ampliar o investimento público em educação até atingir o mínimo de 10% do (PIB) do país.
- c) Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até 2020, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 100%, nesta faixa etária.
- d) Atingir a média nacional 6,0 no IDEB relativo aos anos iniciais do ensino fundamental, hoje em 4,6. Chegar a uma média superior a 5,0 no ensino médio, hoje menor que 4,0.
- e) Oferecer educação em tempo integral em 100% das escolas públicas de educação básica.

23. Quando um aluno comete ato indisciplinar passível de advertência ou qualquer outra sanção por parte da escola, essa situação:

- a) só pode ter publicidade se houver, no regimento da instituição, devidamente autorizado pelo MEC ou Conselho Estadual de Educação, a previsão da aplicação da sanção e de sua divulgação, conforme estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente.
- b) pode ser tornada pública uma vez que a proibição de publicidade de atos cometidos por adolescentes só é aplicada em casos de procedimento policial ou judicial, não havendo referência aos procedimentos de caráter administrativo, conforme indica o artigo 247 do Estatuto da Criança e do Adolescente.
- c) não pode ter publicidade, exceto se devidamente autorizada, uma vez que o Estatuto da Criança e do Adolescente proíbe essa prática e impõe, a quem a pratica, multa de três a vinte salários de referência e o dobro desse valor, em caso de reincidência.
- d) só pode ter publicidade quando se tratar de escola particular, uma vez que o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 247, proíbe, aos sistemas públicos de ensino, a comunicação de atos infracionais cometidos por adolescentes.
- e) pode ter publicidade no âmbito dos Institutos Federais, uma vez que o Estatuto da Criança e do Adolescente, que proíbe e multa essa prática, se aplica somente nas esferas municipais e estaduais, sendo a Procuradoria Geral Federal responsável por esse tipo de ato quando praticado na esfera do governo federal.

24. Sobre o Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho, prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar que:

- a) aos menores de 14 anos é proibido qualquer tipo de trabalho, uma vez que a legislação atual prevê que a aprendizagem industrial somente se aplica aos adolescentes que tenham 16 anos completos.
- b) é proibido qualquer trabalho a menor de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz, situação que se configura como aprendizagem e que não prevê o recebimento de salário.
- c) é proibido qualquer trabalho aos menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz, situação em que, mesmo havendo recebimento de salário, não se desfigura seu caráter educativo.
- d) ao menor de quatorze anos é vedado trabalho somente quando realizado no período noturno ou for considerado perigoso, insalubre ou penoso.
- e) qualquer remuneração que o adolescente receba pelo trabalho efetuado ou pela participação na venda dos produtos de seu trabalho desfigura o caráter educativo.

25. Sobre a inclusão curricular da Língua Brasileira de Sinais – Libras é correto afirmar:

- a) o sistema educacional federal deve garantir a sua inclusão, como disciplina obrigatória, nos cursos de formação de professores, em nível superior, nos demais cursos de educação superior e na educação profissional.
- b) deve ser feita sua inclusão, como disciplina obrigatória, no curso normal de nível médio, no curso normal superior, no curso de Pedagogia, no curso de educação especial e no curso de Fonoaudiologia. Nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, deve ser incluída como disciplina optativa.
- c) constitui-se em disciplina curricular obrigatória em todos os cursos superiores de formação de professores e na educação profissional.
- d) constitui-se em disciplina curricular obrigatória em todos os cursos superiores de formação de professores quando ofertados pelas escolas da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.
- e) deve ser feita sua inclusão, como disciplina obrigatória, somente no curso de Pedagogia, no curso de Educação Especial e no curso de Fonoaudiologia. Nos demais cursos de educação superior e na educação profissional deve ser incluída como disciplina optativa.

26. São constituintes, atualmente, dos currículos do ensino médio, as seguintes áreas:

- a) Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas.
- b) Códigos, Linguagens, Matemática e suas tecnologias.
- c) Linguagens, Códigos e suas tecnologias, Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias e Ciências Humanas e suas tecnologias.
- d) Linguagens, Códigos e suas tecnologias, Ciências da Natureza e suas tecnologias e Ciências Humanas e suas tecnologias.
- e) Linguagens e suas tecnologias, Códigos e Matemática.

27. Assinale a alternativa cujo texto vai de encontro ao previsto na Lei nº 11.645/2008, que altera o artigo 26-A da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

- a) Institui o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.
- b) Determina que, no prazo de dez anos, sejam criadas, no âmbito curricular no ensino médio, a disciplina de História e Cultura Afro-brasileira e indígena.
- c) Indica como conteúdos a serem trabalhados a história da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional.
- d) Indica conteúdos relativos à história e cultura indígena, tais como a luta dos povos indígenas no Brasil, a cultura indígena brasileira e o índio na formação da sociedade nacional.
- e) Elege, especialmente, as áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras para ministrarem os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros.

28. O processo de avaliação leva em consideração aspectos como ensino, pesquisa, extensão, responsabilidade social, gestão da instituição e corpo docente. Reúne informações do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes e das avaliações institucionais e dos cursos. As informações obtidas são utilizadas, entre outros objetivos, para orientação institucional de estabelecimentos de ensino superior e para embasar políticas públicas.

Assinale a alternativa cuja sigla caracteriza o sistema descrito no texto.

- a) Prouni.
- b) Enade.
- c) SINAES.
- d) SARESP.
- e) INEP.

29. O Ministério da Educação determina que cada instituição de ensino superior realize uma autoavaliação, que será o primeiro instrumento a ser incorporado ao conjunto de instrumentos constitutivos do processo global de regulação e avaliação. Para a realização dessa avaliação as instituições devem contar, especialmente, com:

- a) Colegiados de Curso.
- b) Núcleos Docentes Estruturantes.
- c) Colégio de Dirigentes.
- d) Comissão Própria de Avaliação – CPA.
- e) Conselho Superior.

30. Na avaliação do ensino superior, a integração dos instrumentos (autoavaliação, avaliação externa, avaliação das condições de ensino, Enade, censo e cadastro) permite a atribuição de conceitos a cada uma das dimensões e ao conjunto das dimensões avaliadas. Esses conceitos são ordenados em uma escala com _____ níveis. Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna.

- a) Três.
- b) Quatro.
- c) Cinco.
- d) Seis.
- e) Sete.

31. Apóia a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior (Ifes), por meio da oferta de assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, à saúde, inclusão digital etc. Trata-se do:

- a) Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (Promisaes).
- b) Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir).
- c) Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes).
- d) Programa Universidade para Todos (Prouni).
- e) Programa de Extensão Universitária (ProExt).

32. É a unidade do Ministério da Educação responsável pela regulação e supervisão de instituições públicas e privadas de ensino superior e cursos superiores de graduação do tipo bacharelado, licenciatura e tecnológico, na modalidade presencial ou a distância. A Secretaria deve zelar para que a legislação educacional seja cumprida e suas ações buscam induzir a elevação da qualidade do ensino por meio do estabelecimento de diretrizes para a expansão dos cursos e instituições, da conformidade às diretrizes curriculares nacionais e de parâmetros de qualidade de cursos e instituições. Trata-se do (a):

- a) Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres).
- b) Secretaria de Educação Superior (Sesu).
- c) Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica.
- d) Secretaria de Educação Básica.
- e) Conselho Nacional de Educação.

33. Lançado em 2007, visa à oferta de educação profissional e tecnológica a distância e tem o propósito de ampliar e democratizar o acesso a cursos técnicos de nível médio, públicos e gratuitos, em regime de colaboração entre União, estados, Distrito Federal e municípios. Esse projeto é denominado:

- a) Pró-funcionário.
- b) e-Tec Brasil.
- c) Pronatec.
- d) TEC NEP.
- e) Mulheres Mil.

34. Para Ilma Passos Alencastro Veiga, é uma técnica de ensino em que os alunos executam em sala de aula, ou fora dela, mediante um roteiro de estudo, um trabalho indicado pelo professor, que os orienta e acompanha. Entre outros aspectos, essa técnica busca desenvolver o pensamento reflexivo e a análise crítica em substituição à memorização. O texto trata da técnica de ensino denominada:

- a) seminário.
- b) estudo de texto.
- c) estudo dirigido.
- d) aula expositiva.
- e) estudo do meio.

35. Observe o texto a seguir, que trata de uma das técnicas de ensino:

“O aluno não só vê o que está acontecendo, como também escuta o barulho feito pela serra, pela batida do martelo ou pela máquina em funcionamento; sente o cheiro das aparas de madeira e do óleo de corte e, pelo tato, percebe se uma superfície está bem lisa ou se uma junta está bem certa. Mais ainda, a atenção do aluno pode ser dirigida para os pontos mais importantes a serem observados com mais cuidado.” (Wilber, apud Veiga, 2006, p. 147)

Essa técnica é chamada de:

- a) transposição didática.
- b) estudo do meio.
- c) aula expositiva dialogada.
- d) trabalho de campo.
- e) demonstração didática.

36. O documento base Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio, publicado pelo MEC, em 2007, indica, entre outros aspectos, que as escolas precisam de um projeto político-pedagógico. Assinale a alternativa que apresenta o que se pode chamar de primeiro fundamento de um projeto dessa natureza.

- a) Ser identificado por parte da escola como pertencente a esse grupo.
- b) Ter um texto formal.
- c) Ter o (a) diretor (a) da escola como principal autor.
- d) Seguir, estritamente, as normas dos sistemas de ensino.
- e) Ser construído coletivamente.

37. Um dos princípios que fundamenta a atual proposta de Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional – Proeja, diz respeito ao papel e compromisso que entidades públicas integrantes dos sistemas educacionais têm com o atendimento da população em suas ofertas educacionais. Esse princípio pode ser resumido pelo termo:

- a) acomodação.
- b) síntese.
- c) movimento.
- d) inclusão.
- e) respeito.

38. Para a Professora Maria Ciavatta, o currículo deve *“enfocar o trabalho como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual, de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos.”* (CIAVATTA, 2005, p. 84). O texto resume o currículo chamado:

- a) multicultural.
- b) tradicional.
- c) tecnicista.
- d) integrado.
- e) bisimensional.

39. Para Ivani Fazenda a forma como foram pensados o ensino e a pesquisa no Brasil levaram ao surgimento de dois profissionais distintos: professores, de um lado, e pesquisadores, de outro. Assinale a alternativa que mostra o pensamento que levou a essa separação.

- a) A teoria na prática é outra.
- b) A teoria na prática não é outra senão uma prática fundamentada.
- c) Por meio da pesquisa o professor pode recuperar aspectos de sua dignidade.
- d) O estudo das realidades que formam o cotidiano sempre foi visto por ópticas diferentes: uma delas o enxerga como vulgar e a outra como campo residual da vida.
- e) Os professores sempre foram tratados socialmente como pessoas de respeito, enquanto os cientistas foram considerados desviantes ou marginais.

40. Para a professora Marli de André há um tipo de pesquisa que tem maior potencial para produzir conhecimentos úteis e interessantes para os docentes pois focalizam situações do cotidiano escolar. O termo que melhor conceitua esse tipo de pesquisa é:

- a) etnográfica.
- b) documental.
- c) bibliográfica.
- d) experimental.
- e) survey.

41. Sérgio Antônio da Silva Leite e Samantha Kager apresentam um relato de aluno sobre a forma como um professor trata da avaliação: *“O ruim desse professor é que ele sempre entregava as provas um dia antes da prova de recuperação e aí, sempre pegava a gente de surpresa [...] a gente queria saber onde a gente tinha errado, entende? O gabarito era só o resultado. Se a gente visse a prova um tempo antes, podia tirar nossas dúvidas. Só que ele não tava nem aí.”* Essa postura caracteriza um sério problema nos processos de avaliação que é:

- a) a ausência de “feed-back”.
- b) a memorização sem sentido.
- c) a coerção.
- d) a recuperação punitiva.
- e) o melhor aluno como parâmetro.

42. Assinale a alternativa que apresenta uma determinação legal que se aproxima mais do movimento curricular designado por vários autores como multiculturalismo.

- a) Obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.
- b) Obrigatoriedade de estudos de Língua Portuguesa e Matemática.
- c) Inclusão de Filosofia e Sociologia em todas as séries da educação básica.
- d) Obrigatoriedade de Educação Física nos currículos dos cursos superiores.
- e) Inclusão de Música como componente obrigatório no ensino médio.

43. O teórico espanhol Gimeno Sacristán afirma que ... *a realidade não se reduz ao que parece evidente de forma mais imediata: é preciso esquadrihar nela, descobrir o que não está evidente. (...) Ao lado do currículo que se diz estar desenvolvendo, expressando ideais e intenções, existe outro que funciona subterraneamente, que se denomina _____.* Na experiência prática que os alunos / as têm se misturam ou interagem ambos; é nessa experiência que encontramos o currículo real.”

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna.

- a) prescrito.
- b) oculto.
- c) linear.
- d) geral.
- e) avaliado.

44. Ghiraldelli afirma que os professores brasileiros chegaram ao século XXI guiando suas práticas por cinco tendências pedagógico-didáticas que seguem a inspiração de filosofia educacional de seus autores. De acordo com uma delas, os passos segundo os quais acontece o processo ensino aprendizagem, se resumem, sequencialmente, em: vivência, temas geradores, problematização, conscientização e ação política. Assinale o autor cujas ideias melhor caracterizam essa sequência.

- a) Herbart.
- b) Dewey.
- c) Paulo Freire.
- d) Paulo Ghiraldelli Júnior.
- e) Demerval Saviani.

45. Pura Lucia Oliver Martins, citando Ives de La Taille, afirma que as pesquisas de Vygotsky indicam a motivação, inclinações, necessidades, interesses, impulsos, afeto e emoção como alicerces da cognição. Assim, pode-se afirmar que assume uma posição central na formação da pessoa e no seu desenvolvimento cognitivo a dimensão:

- a) didática.
- b) motora.
- c) tradicional.
- d) tecnológica.
- e) afetiva.

46. De acordo com o Código de Ética Profissional do Servidor Público do Poder Executivo Federal, assinale a alternativa correta.

- a) A moralidade da Administração Pública se limita à distinção entre o bem e o mal, devendo ser acrescida da ideia de que o fim é sempre o bem comum. A legalidade, na conduta do servidor público, é que deverá consolidar a moralidade do ato administrativo.
- b) A remuneração do servidor público é custeada pelos tributos pagos direta ou indiretamente por todos, até por ele próprio, e por isso se exige, como contrapartida, que a moralidade administrativa se integre no Direito, como elemento indissociável de sua aplicação e de sua finalidade, erigindo-se, como consequência em fator de legalidade.
- c) Em qualquer caso, a publicidade de qualquer ato administrativo constitui requisito de eficácia e moralidade, ensejando sua omissão comprometimento ético contra o bem comum, imputável a quem a negar.
- d) Toda pessoa tem direito à verdade. O servidor não pode omiti-la ou falseá-la, mas deve sempre considerar que o interesse público deve prevalecer. Nenhum Estado pode crescer ou estabilizar-se sobre o poder corruptivo do hábito do erro, da opressão, ou da mentira, que sempre aniquilam até mesmo a dignidade humana quanto mais a de uma nação.
- e) A função pública deve ser tida como exercício profissional e, portanto, se integra na vida particular de cada servidor público. Assim, os fatos e atos verificados na conduta do dia a dia em sua vida privada não poderão acrescer ou diminuir o seu bom conceito na vida funcional.

47. De acordo com o Código de Ética Profissional do Servidor Público do Poder Executivo Federal, assinale a alternativa correta.

- a) A Comissão de Ética de um órgão ou entidade pública pode aplicar, dependendo do caso em que o servidor público estiver envolvido, pena de censura ou de suspensão de atividades e sua fundamentação constará do respectivo parecer, assinado por todos os seus integrantes.
- b) A pena aplicável ao servidor público pela Comissão de Ética do seu órgão ou entidade é a de censura e sua fundamentação constará do respectivo parecer, assinado por todos os seus integrantes, com ciência do faltoso.
- c) A Comissão de Ética de um órgão ou entidade pública deve, após a análise de caso em que o servidor público for considerado como autor de falta, instituir sindicância e notificar a chefia imediata do mesmo através de relatório assinado por todos os seus integrantes.
- d) A pena aplicável ao servidor público pela Comissão de Ética do seu órgão ou entidade deve ser informada à chefia imediata do mesmo, através de relatório assinado por todos os seus integrantes, para que esta sancione a sua aplicação.
- e) A Comissão de Ética de um órgão ou entidade pública pode e deve aplicar o tipo de pena que couber a qualquer servidor público, após a análise do caso em que o mesmo for considerado culpado, através de relatório assinado por todos os seus integrantes e com ciência do faltoso.

48. De acordo com o art. 8º da Lei nº 8.112, de 11/12/1990, algumas das formas de provimento de cargo público federal, são:

I – transferência, II – readaptação, III – reversão, IV – reintegração, V – recondução.

Associe cada uma das frases a seguir a uma das formas de provimento de cargo público e assinale a alternativa que contenha as associações corretas.

1. Retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez ou no interesse da administração.
2. Retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado.
3. Reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação quando invalidada a sua demissão.
4. Investidura do servidor em cargo compatível com a limitação que tenha sofrido.
5. Revogado pela lei nº 9.527 de 10/12/1997.

- a) I – 5; II – 3; III – 1; IV – 2; V – 4.
- b) I – 2; II – 1; III – 5; IV – 4; V – 3.
- c) I – 1; II – 2; III – 3; IV – 4; V – 5.
- d) I – 5; II – 4; III – 1; IV – 3; V – 2.
- e) I – 3; II – 5; III – 2; IV – 1; V – 4.

49. O servidor público federal, como concessão, pode se ausentar do serviço, sem qualquer prejuízo por:

- a) 1 (um) dia para doação de sangue e 1 (um) dia para se alistar como eleitor.
- b) 3 (três) dias consecutivos em razão de casamento ou de falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos, enteados, menor sob guarda ou tutela e irmãos.
- c) 8 (oito) dias consecutivos em razão de casamento ou de falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos, enteados, menor sob guarda ou tutela e irmãos.
- d) 2 (dois) dias para doação de sangue e 2 (dois) dias para se alistar como eleitor.
- e) 5 (cinco) dias consecutivos em razão de casamento ou de falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos, enteados, menor sob guarda ou tutela e irmãos.

50. Dentre os deveres fundamentais do servidor público federal estão:

I - Resistir a todas as pressões de superiores hierárquicos, de contratantes, interessados e outros que visem obter quaisquer favores, benesses ou vantagens indevidas em decorrência de ações imorais, ilegais ou aéticas e denunciá-las.

II - Abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei.

III - Ser cortês, ter urbanidade, disponibilidade e atenção, respeitando a capacidade e as limitações individuais de todos os usuários do serviço público, dar atendimento prioritário aos brasileiros natos, sem qualquer espécie de preconceito ou distinção de raça, sexo, cor, idade, religião, cunho político e posição social, abstendo-se, dessa forma, de causar-lhes dano moral.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente a afirmação I está correta.
- b) Somente a afirmação II está correta.
- c) Somente a afirmação III está correta.
- d) Somente as afirmações I e II estão corretas.
- e) Somente as afirmações I e III estão corretas.

51. O servidor público federal será aposentado compulsoriamente aos:

- a) 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e aos 60 (sessenta) se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.
- b) 70 (setenta) anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.
- c) 70 (setenta) anos de idade, com proventos integrais.
- d) 35 (trinta e cinco) anos de serviço, se homem, e aos 30 (trinta) se mulher, com proventos integrais.
- e) 35 (trinta e cinco) anos de serviço, se homem, e aos 30 (trinta) se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

52. Um estrangeiro que não tenha adquirido a nacionalidade brasileira pode ocupar cargo no serviço público federal?

- a) Não, pois um cargo público federal só pode ser ocupado por brasileiro nato ou naturalizado.
- b) Não, por ser cláusula pétrea da Constituição Federal do Brasil.
- c) Sim, desde que tenha sido aprovado em concurso público.
- d) Sim, desde que os requisitos estabelecidos em lei sejam atendidos.
- e) Sim, desde que residente a mais de dez anos no Brasil e tenha sido aprovado em concurso público.

53. É vedado ao servidor público, sob qualquer condição, retirar da repartição pública, qualquer documento, livro ou bem pertencente ao patrimônio público.

PORQUE

É vedado ao servidor público fazer uso de informações privilegiadas obtidas no âmbito interno de seu serviço, em benefício próprio, de parentes, de amigos ou de terceiros.

Analisando as afirmações, conclui-se que:

- a) as duas afirmações são verdadeiras, e a segunda justifica a primeira.
- b) as duas afirmações são verdadeiras, e a segunda não justifica a primeira.
- c) a primeira afirmação é verdadeira, e a segunda é falsa.
- d) a primeira afirmação é falsa, e a segunda é verdadeira.
- e) as duas afirmações são falsas.

54. O Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, determina que a Comissão de Ética seja instituída no âmbito:

- a) do Poder Executivo, em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta e indireta e seja integrada por 3 (três) servidores ou empregados titulares de cargo efetivo ou emprego permanente com seus respectivos suplentes.
- b) do Poder Executivo, em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta e seja integrada por 6 (seis) servidores ou empregados titulares de cargo efetivo ou emprego permanente com seus respectivos suplentes.
- c) dos 3 (três) poderes, em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta e seja integrada por 3 (três) servidores ou empregados titulares de cargo efetivo ou emprego permanente com seus respectivos suplentes.
- d) dos 3 (três) poderes, em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta e indireta e seja integrada por 6 (seis) servidores ou empregados titulares de cargo efetivo ou emprego permanente com seus respectivos suplentes.
- e) dos Poderes Executivo e Legislativo, em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta e indireta e seja integrada por 6 (seis) servidores ou empregados titulares de cargo efetivo ou emprego permanente com seus respectivos suplentes.

55. O prazo de validade de um concurso público de provas ou de provas e títulos é:

- a) de 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado por mais 2 (dois) anos.
- b) de 3 (três) anos, podendo ser prorrogado por mais 3 (três) anos.
- c) o fixado em edital, sendo que a validade poderá ser de até 2 (dois) anos, podendo ser prorrogada uma única vez, por 1 (um) ano.
- d) o fixado em edital, sendo que a validade poderá ser de até 3 (três) anos, podendo ser prorrogada uma única vez, por igual período.
- e) o fixado em edital, sendo que a validade poderá ser de até 2 (dois) anos, podendo ser prorrogada uma única vez, por igual período.

56. Assinale a alternativa correta.

- a) Uma pessoa que ingressou em órgão público federal por concurso como técnico e, mais tarde, se tornou engenheiro, ocupará automaticamente o cargo de engenheiro, caso houver cargo de engenheiro vago.
- b) Uma pessoa aprovada em concurso público federal e que tomou posse por reversão, depois de permanecer no cargo por 35 (trinta e cinco) anos, pode se aposentar com proventos integrais.
- c) Uma pessoa pode tomar posse como servidor público federal, em caso de provimento do cargo por indicação, mesmo sem ter passado por concurso público federal.
- d) Uma pessoa pode se tornar servidor público federal em caso de provimento por nomeação somente após ter passado por concurso público federal.
- e) Uma pessoa pode tomar posse como servidor público federal no caso de provimento por nomeação, mesmo sem ter passado por concurso público federal.

57. O servidor em débito com o erário, que for demitido, exonerado ou que tiver sua aposentadoria ou disponibilidade cassada, terá o prazo de sessenta dias para quitar o débito.

PORQUE

O vencimento, a remuneração e o provento não serão objeto de arresto, sequestro ou penhora, exceto nos casos de prestação de alimentos resultante de decisão judicial.

Analisando as afirmações, conclui-se que:

- a) a primeira afirmação é verdadeira, e a segunda é falsa.
- b) a primeira afirmação é falsa, e a segunda é verdadeira.
- c) as duas afirmações são falsas.
- d) as duas afirmações são verdadeiras, e a segunda justifica a primeira.
- e) as duas afirmações são verdadeiras, e a segunda não justifica a primeira.

58. Algumas condições para o servidor atuar na atividade política são:

I – O servidor investido no mandato de prefeito será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.

II – O servidor investido no mandato de vereador será afastado do cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo.

III – O servidor terá direito a licença, com remuneração, durante o período entre a sua escolha em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente a afirmação I está correta.
- b) Somente a afirmação II está correta.
- c) Somente a afirmação III está correta.
- d) Somente as afirmações I e II estão corretas.
- e) Somente as afirmações I e III estão corretas.

59. De acordo com a Lei nº 8.112, de 11/12/1990, assinale a alternativa correta.

a) O adicional por tempo de serviço é devido à razão de 1% (um por cento) por ano de serviço público efetivo, incidente sobre o vencimento.

b) Os servidores que trabalhem com habitualidade em locais insalubres ou em contato permanente com substâncias tóxicas, radioativas ou com risco de vida, fazem jus a um adicional sobre o vencimento.

c) Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor fará jus a 3 (três) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo.

d) A posse em cargo público ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias da publicação do ato de provimento, prorrogável por mais 30 (trinta) dias, a requerimento do interessado.

e) Poderá ser concedida licença ao servidor por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, dos pais, dos filhos, do padrasto ou madrasta e enteado, ou dependente que viva a suas expensas e conste do seu assentamento funcional, mediante comprovação por perícia médica oficial.

60. Alguns dos requisitos básicos para investidura em cargo público são:

a) a nacionalidade brasileira; o gozo dos direitos políticos; a quitação com as obrigações militares e eleitorais; o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo; a idade mínima de 18 (dezoito) anos.

b) aptidão física e mental; o gozo dos direitos políticos; a quitação com as obrigações militares e eleitorais; o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo; a idade mínima de 21 (vinte e um) anos.

c) a nacionalidade brasileira; o gozo dos direitos políticos; a quitação com as obrigações militares e eleitorais; o nível básico de escolaridade; a idade mínima de 21 (vinte e um) anos.

d) a nacionalidade brasileira; o gozo dos direitos políticos; a quitação com as obrigações militares e eleitorais; o nível básico de escolaridade; a idade mínima de 18 (dezoito) anos.

e) aptidão física e mental; o gozo dos direitos políticos; a quitação com as obrigações militares e eleitorais; o nível superior de escolaridade; a idade mínima de 21 (vinte e um) anos.